



ID: 56152116

14-10-2014

# ATUALIDADE I

## ORÇAMENTO DO ESTADO



CONTAS ■ PASSOS RECUSOU DESCIDA

# Extra de 760 milhões devolve sobretaxa

■ Mecanismo de "créditos fiscais" vai indexar descida dos impostos às receitas que forem

● ANTÓNIO SÉRGIO AZENHA/  
/MIGUEL ALEXANDRE GANHÃO

Um mecanismo de "créditos fiscais" indexados à cobrança de impostos será a solução consagrada no Orçamento do Estado de 2015 para baixar a sobretaxa de IRS, apurou o CM. A fórmula é simples: fixa-se um montante global de receita fiscal a cobrar em 2015. O que ultrapassar esse valor reverte para o contribuinte. Exemplificando, o orçamento de 2014 tinha, na sua versão inicial, uma estimativa de receita na ordem dos 35,8 mil milhões de euros. No orçamento retificativo apresentado em setembro, a receita já ia nos 36,9 mil milhões. Se o mecanismo de "créditos fiscais" já estivesse em vigor, os 1,1 mil milhões cobrados a mais já dariam direito ao fim da sobretaxa. Para que os portugueses recebam, em 2016, a sobretaxa de IRS na íntegra, é preciso que o Fisco cobre, pelo menos, cerca de 760 milhões de euros a mais em relação ao que arrecadou este ano.

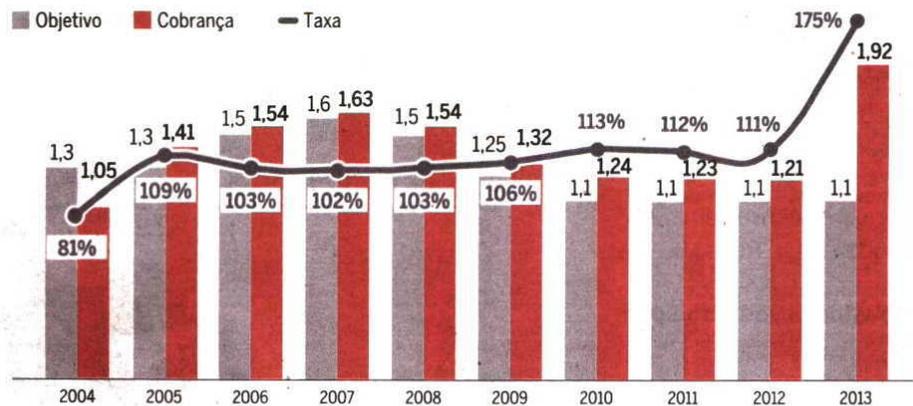
**Portas propôs descida de 0,5 p.p. em 2015 e 0,5 p.p. em 2016**

ministra das Finanças ontem em Bruxelas. "Haverá um mecanismo, que será depois explicado a seu tempo, mas de facto haverá um mecanismo que permitirá, se o resultado do combate à fraude e evasão fiscal for superior a um determinado patamar,

2004 a 2013

### Cobrança coerciva

■ Objetivo ■ Cobrança — Taxa



Fonte: Ministério das Finanças

Valores em mil milhões de euros

### SAIBA MAIS

● **IRS NASCEU HÁ 25 ANOS**  
O Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares vigora desde 1 de janeiro de 1989 e foi criado no tempo do ministro das Finanças Miguel Cadilhe, com Cavaco Silva a primeiro-ministro.

● **1928**  
foi o ano em que Salazar lançou, em modelo italiano, o imposto complementar à contribuição predial rústica e urbana, à contribuição industrial e imposto sobre a aplicação de capitais que antecedeu o IRS.

● **1842**  
neste ano, o Reino Unido criou um imposto progressivo sobre o rendimento de cada contribuinte que é o IRS. A Alemanha fez igual para as famílias em 1893. A França adotou-o em 1914.

● **FALHANÇO REPUBLICANO**  
Antes da ditadura do Estado Novo de Salazar e Caetano, a 1.ª República tentou em 1923 criar um imposto sobre rendimento com taxas de 1,2% até ao máximo de 30%, que foi um fiasco por não dar receita.

cerca de um ponto percentual (1 p.p.) da sobretaxa. Se a receita extra se aproximar dos 400 milhões serão dois pontos percentuais (2 p.p.). Esta ideia foi, parcialmente, confirmada pela

isso reverte a favor dos contribuintes numa redução da sobretaxa, quando for feita a liquidação do imposto respetivo a 2015", disse Maria Luís Albuquerque.

Esta foi a forma encontrada para ultrapassar as fortes divergências entre o PSD e o PP. O CM sabe que Passos Coelho rejeitou duas vezes a descida da sobretaxa. A primeira quando Portas pediu a diminuição em 1 p.p. em 2015, a segunda foi quando o líder do PP propôs a descida de 0,5 p.p. em 2015 e outros 0,5 p.p. em 2016. ■



■ A ministra das Finanças está a negociar com a Comissão Europeia o défice para 2015, para que seja superior a 2,5%

NOTÍCIA EXCLUSIVA DA EDIÇÃO EM PAPEL





**IMPOSTOS | PRESIDENTE ALERTA**

O Presidente da República afirmou ontem que todos, incluindo o Governo, gostariam de ter impostos mais baixos em 2015. Cavaco Silva alertou para as restrições externas

**INCERTEZA | VASQUES CRITICA**

O fiscalista Sérgio Vasques criticou ontem a incerteza para as contas dos contribuintes que resultará da indexação da descida da sobretaxa do IRS às receitas fiscais



**PS | VIEIRA DESCONHECE IRS**

O PS desconhece qualquer proposta do Governo para a reforma do IRS. Vieira da Silva disse que, a existir, a iniciativa do Governo para um acordo é extemporânea



■ Passos Coelho e Maria Luís disseram não a Portas na descida da sobretaxa em 2015

**cobradas a mais até ao fim de 2015**

**Bastonário lança alerta para medida imoral**

● O bastonário da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas disse ontem que a indexação da redução da sobretaxa de IRS ao aumento da receita fiscal é uma medida inédita que levanta dúvidas por poder estar a impor obrigações a um novo governo.

Para Domingues Azevedo, está-se a falar de “moral política: o Governo pode estar a impor ao novo governo uma obrigação”. Para o bastonário, a medida não será inconstitucional, mas “poderá ser imoral politicamente”. E isto porque, frisou, a medida é “uma estratégia política” que visa “criar a esperança de que se vai reduzir o IRS”. ■



■ Domingues Azevedo, bastonário da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas

**OPINIÃO**

**Eficácia até quando?**

**A** ideia de indexar a descida dos impostos ao combate à fraude é uma habilidade política que contorna a necessidade evidente de baixar a carga fiscal.

Exigir aos contribuintes que atuem como fiscais, pedindo faturas de um café com a promessa de lhes devolver mais tarde o que lhes é retido todos os meses, não está mal pensado. Resta saber se esta “política do recibo” chega para cativar os portugueses castigados por quatro anos de austeridade.

**MIGUEL ALEXANDRE GANHÃO**  
SUBCHEFE DE REDAÇÃO

**Deduções familiares vão subir em 2015**

■ As despesas das famílias vão dar mais deduções em 2015. Ao contrário do que foi proposto pela comissão encarregue da reforma do IRS, que sugeria uma dedução fixa para as despesas de saúde, educação e habitação, o CM sabe que estas deduções podem ainda manter-se em 2015 com uma ligeira subida. Mas a grande novidade será a criação de uma conta-corrente denominada “despesas gerais

familiares” que vai ter benefícios fiscais semelhantes àqueles que são concedidos aos setores económicos abrangidos pelo programa E-Fatura (restaurantes, hotéis, oficinas e cabeleireiros). Segundo apurou o CM, o benefício fiscal máximo concedido naqueles setores (dedução de 250 euros em IRS) será aumentado na rubrica “despesas gerais familiares”, em que se vão englobar, entre outras, gastos com livros escolares, compras de equipamento informático ou outras despesas domésticas, desde que representadas por fatura que identifique o contribuinte.

O objetivo é reforçar o estímulo ao pedido de faturas por parte dos contribuintes em todos os setores da economia, um instrumento que tem sido fundamental para o combate à fraude e evasão fiscais. As propostas de reforma do IRS, em que se incluem as medidas anteriormente mencionadas, e da “fiscalidade verde” só serão apresentadas e aprovadas no próximo Conselho de Ministros de quinta-feira, um dia depois de ser entregue na Assembleia da República o Orçamento do Estado para 2015, contrariamente ao que estava inicialmente previsto. ■

■ O secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, Paulo Núnico



BRUNO SIMÃO